

MAR 19 '90 14:14

P. 05

FAX - 021-2053099

Comissão Pró-Índio de São Paulo

OS ÍNDIOS E A LUTA CONTRA AS BARRAGENS

Leinad Santos*

Lúcia Andrade

O objetivo deste artigo é dar início a uma reflexão sobre a mobilização dos povos indígenas ante os projetos do setor elétrico, a partir da análise de sua atuação em 1989. A Constituição Federal, promulgada em outubro de 1988, reconheceu aos índios uma prerrogativa a que nenhuma outra categoria de atingidos por barragens tem direito, ao estabelecer que as comunidades precisam ser oficialmente consultadas(1). Assim, o Artigo 231, em seu parágrafo 5º, determina que "o aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivadas com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada a participação nos resultados da lavra, na forma da lei" (grifo nosso).

Desde a promulgação da nova Carta Constitucional não houve ainda ocasião para que tal procedimento se efetivasse; um reflexo, sem dúvida, da crise financeira do setor elétrico que se encontra sem condições de iniciar novas obras. O ano de 1989, no entanto, mostrou que os povos indígenas estão dispostos a deixar clara sua opinião sobre as obras programadas antes mesmo da consulta oficial do Congresso. Foi assim que ocorreu com os Kaiapó, que organizaram, no início do ano passado, o 1º Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, na cidade de Altamira (Pará).

(1) A participação oficial do restante da população brasileira dá-se através da discussão do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA). A elaboração deste estudo é obrigatória na instalação de obras causadoras de significativa degradação do meio ambiente (Constituição Federal, Art. 225, § 1º, IV), como é o caso dos empreendimentos hidrelétricos. A legislação ambiental prevê a manifestação da população sobre o RIMA através de comentários escritos e a participação em audiências públicas (In: Paulo Affonso Leme Machado, Direito Ambiental Brasileiro, Ed. Revista dos Tribunais, s. 1989).

Comissão Pró-Índio de São Paulo

2

O Encontro de Altamira

Nos dias 20 a 24 de fevereiro, os índios ocuparam o cenário nacional e internacional, manifestando seu repúdio à construção das hidrelétricas do Xingu - um projeto da Eletronorte que prevê a implantação de seis barramentos no rio Xingu (Kararaõ, Babaquara, Ipixuna, Co-kraimoro e Jarina) e um no seu principal afluente, o Iriri. Este complexo hidrelétrico provocaria a inundação de 18.000 km² de florestas tropicais, atingindo o território dos povos Juruna, Xipaia-Curuaia, Arara, Asuriní, Araweté, Parakanã e Kaiapó (2).

Os estudos para a implantação do empreendimento iniciaram-se em 1975 e, durante os mais de dez anos de pesquisa que se seguiram, o setor elétrico não se preocupou em consultar, ou mesmo informar, os povos da região do que lhes aconteceria. Assim foi por seus próprios meios que os Kaiapó tomaram conhecimento do projeto e idealizaram o encontro de Altamira.

A idéia básica do evento era chamar a atenção da opinião pública para a ameaça que se desenhava e exigir do governo brasileiro esclarecimentos formais. Segundo o entendimento dos índios era necessária uma intervenção urgente antes que o projeto se tornasse mais um fato consumado; afinal, dez anos já haviam passado e o governo não dera qualquer sinal de pretender consultá-los. Os Kaiapó mostraram-se extremamente competentes em concretizar seu objetivo, isto é, transformar o encontro em um fato político marcante, conseguindo mobilizar a imprensa nacional e internacional de forma nunca vista. Como Renato Pereira observou em seu artigo "Poder Kaiapó" (3), o encontro foi concebido den

(2) Para maiores informações sobre o projeto, cf. Santos, L. & Andrade, L. (Orgs.). As Hidrelétricas do Xingu e os Povos Indígenas, Comissão Pró Índio de São Paulo, SP, 1988.

(3) In: Ciência Hoje, vol. 9, nº 51, março de 1989: 78-79.

tro de uma estratégia de mídia perfeita. Os organizadores do evento conseguiram reunir temas de forte ressonância simbólica e apelo jornalístico (Amazônia, Xingu, Índios), tendo como contraponto a ameaça de mais um projeto governamental (Pereira, 1989:78). Todos os detalhes foram estrategicamente estabelecidos, desde a escolha do local do encontro - a pequena cidade de Altamira, carregada de simbolismo por encontrar-se em plena Amazônia e próxima ao local previsto para a construção das hidrelétricas - até o comportamento no ginásio de esportes onde se realizou a reunião. Os Kaiapó entravam no local sempre em grupo, ornamentados, dançando e cantando com suas bordunas, numa demonstração de força e exotismo, ideal para as câmeras de TV e máquinas fotográficas.

Os Kaiapó souberam usar sua identidade étnica - aquela dimensão que pode ser apreciada facilmente pelos não-índios - para sensibilizar a opinião pública e conseguir apoio político. Como coloca Pereira, tal comportamento "aciona, entre a elite educada dos centros urbanos (história aliada da 'causa indígena'), sentimentos guardados com carinho no inconsciente coletivo: ali estão 'índios de verdade', descendentes dos fundadores da nacionalidade, legítimos guardiões das matas brasileiras. Os Kayapó aprenderam a manipular as representações que esta parcela da sociedade ocidental construiu sobre 'o índio' e explorar o seu alcance político (op.cit,)."

Junto aos quatrocentos anfitriões Kaiapó, participaram do evento representantes de quarenta povos indígenas das mais diversas regiões do país. Estiveram presentes também membros de organizações não-governamentais brasileiras e internacionais, assim como sete deputados federais. Foram convidados ainda representantes do governo, inclusive, o então presidente José Sarney. A Eletronorte enviou ao evento o engenheiro José Antônio Muniz Lopes, célebre por ter-se tornado vítima do facão de Tuíra, e Fernando César Mesquita, naquela ocasião presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente, compareceu na qualidade de re

Comissão Pró-Índio de São Paulo

4

presentante do governo Sarney.

A presença da Eletronorte no encontro parece integrar uma estratégia maior da empresa, que vem procurando construir junto à opinião pública uma imagem de democracia, transparência e preocupação com o meio ambiente, ainda distante da realidade de suas ações. A participação da concessionária concretizou-se na palestra do Engenheiro Muniz Lopes e na divulgação de material explicativo. Em seu discurso o representante da Eletronorte defendeu a importância do empreendimento e anunciou a decisão da empresa de não mais utilizar palavras indígenas para nomear hidrelétricas e assim modificar o nome da UHE Cararaô para Belo Monte. O projeto permaneceria exatamente o mesmo, sem chances para discussão de alternativas, mas o nome seria mudado - uma atitude que revela bem a "democracia" do setor elétrico.

O material divulgado pela Eletronorte no encontro data de outubro de 1988 e foi preparado pelo consórcio Nacional de Engenheiros Consultores S.A. (CNEC), firma de consultoria responsável pelo estudo de viabilidade da UHE Cararaô. A empresa teve o cuidado de adequar o documento ao clima do encontro, carimbando cada uma de suas 28 páginas com a frase "Proposta para Debate". O estudo intitulado "Usina Hidrelétrica Cararaô. Efeitos e Programas Ambientais: Síntese", foi distribuído prioritariamente à imprensa. Seu objetivo, segundo os autores, era "apresentar à comunidade aspectos importantes da Usina Hidrelétrica Cararaô: suas características principais, as interferências de natureza sócio-econômica e ambiental, bem como os programas propostos para assegurar uma qualidade ambiental adequada na região influenciada pelo empreendimento" (op.cit., 2). As considerações sobre os programas de recuperação ambiental, no entanto, são tão genéricas que é difícil saber de fato o que a Eletronorte pretende implantar. No que diz respeito aos povos indígenas, a empresa apresenta um "Programa de Regularização e Recomposição das Áreas Indígenas", onde menciona apenas a necessidade de "estu-

dos para a proposição de medidas", ou ainda a intenção de preservar a saúde, garantir a manutenção dos territórios e realizar reassentamento da população atingida, sem esclarecer, entretanto, como isto vai ser conseguido. Vale ressaltar que o documento cita, como "parceiros institucionais" da Eletronorte na realização de tal programa, o CIMI (Conselho Indigenista Missionário) e a CPI (Comissão Pró-Índio), sem dar-se ao trabalho de consultar antecipadamente tais entidades. (4).

Outra organização que teve participação significativa, embora paralela ao encontro, foi a UDR (União Democrática Ruralista) de Altamira. Antes mesmo da realização do evento, a UDR com apoio de comerciantes locais e da prefeitura fundou o MOPROK (Movimento Pró-Kararaô) e recolheu na cidade assinaturas para um abaixo-assinado favorável ao projeto hidrelétrico (5). No primeiro dia do encontro (29/02), o MOPROK organizou manifestação para expressar seu apoio ao empreendimento. Cerca de 5.000 pessoas, em carros e caminhões, desfilaram pela cidade, numa passeata aberta por homens montados em cavalos, que carregavam faixas, com as palavras de ordem do movimento.

As faixas, que abriam a passeata, indicavam e quantificavam a produção agrícola da região. Com este recurso, somado aos cavaleiros com seus chapéus de vaqueiros, o MOPROK procurava transmitir a imagem de um movimento rural, ligado à terra e à produção, cujos membros contribuem efetivamente para a economia do país - numa clara contraposição às comunidades indígenas, que vivem praticamente à margem da economia de mercado. Escamoteando, por outro lado, que o MOPROK era formado, em grande parte, por membros do setor terciário.

(4) Para uma análise da política ambiental do setor elétrico, cf. Viveiros de Castro, E. & Andrade, L. "Hidrelétricas do Xingu: O Estado Contra As Sociedades Indígenas", in: Santos, L. & Andrade, L. As Hidrelétricas do Xingu e os Povos Indígenas, Comissão Pró-Índio de São Paulo-SP-1988.

(5) Este abaixo-assinado com 12 mil assinaturas foi entregue ao presidente da Eletronorte Miguel Rodrigues Nunes, em maio de 1989.

Comissão Pró-Índio de São Paulo

6

O MOPROK ainda utilizou a produção agrícola para justificar a implantação da hidrelétrica, a necessidade do progresso. É impossível negar que os agricultores da região, especialmente os pequenos proprietários que se encontram nas áreas de mais difícil acesso, necessitem de melhores condições para escoar e comercializar sua produção. O que é estranho, porém, é que o atendimento a tais necessidades - assim como às das escolas, dos hospitais e de saneamento básico - esteja associado, ou melhor, condicionado a construção do projeto.

O raciocínio do MOPROK, que é o mesmo do setor elétrico, traz embutida uma chantagem com a população, pois os seus direitos de cidadãos passam a depender da aceitação do projeto governamental. A implantação da hidrelétrica torna-se o único caminho para o atendimento a esses direitos que se transformam em "benefícios" do projeto. Assim, no documento distribuído durante o evento, a empresa finaliza o texto com considerações sobre o futuro da região. No caso da não-construção da usina, a Eletronorte prevê que "a região apresentará condições semelhantes às verificadas hoje", ou seja, um quadro sinistro de "precariedade de apoio às atividades econômicas, particularmente energia elétrica", "decadência de atividades extrativas tradicionais", "exploração econômica predatória dos recursos naturais, sem controle das condições ambientais", "aumento do nível de desemprego", "déficit no atendimento da saúde, educação, saneamento e transporte público" (Eletronorte/CNEC, 1988:27). Ou seja, não há alternativa para a região, nem mesmo no que tange a demanda de energia elétrica, que poderia ser suprida com a construção de uma linha de transmissão da UHE Tucuruí; mas está só virã, como afirmam os técnicos da Eletronorte, se a UHE Cararaó for implantada.

Assim, o discurso da "inserção regional", empregado pelo setor elétrico nos últimos anos, que procura transmitir uma imagem democrática de preocupação com as necessidades locais, de fato traz embutida a "lógica da chantagem" - especialmente necessária em casos como o da UHE

Cararaõ, um projeto cujo objetivo não é atender a demanda de Altamira, mas os mercados do Nordeste do Sudeste do país.

Os membros do MOPROK não se esqueceram nem mesmo do discurso ecológico, em sua passeata, que trazia faixas com dizeres como: "Kärãraõ também é ecologia, com progresso e energia"; "Somos pela ecologia com progresso e energia"; "Saudamos os ecologistas, mas precisamos de progresso e energia"; "A ecologia não pode impedir o progresso de nossa cidade". Estas palavras de ordem procuravam transmitir a mensagem de que é possível harmonizar ecologia com a construção de hidrelétricas. Como colocou Capobianco, em sua análise sobre a questão, o MOPROK, ao invés de aprofundar a discussão, buscou um meio termo inusitado: "a usina ecológica" ("O Movimento Ecológico e o Exercício da Cidadania"; In: Ecologia e Meio Ambiente, revista São Paulo em Perspectiva, vol. 3, nº 4, outubro/dezembro, 1989: 13-17). Cabe observar ainda que, apesar desta tentativa de unir as duas preocupações, estava muito claro que um dos pólos era prioritário para o MOPROK. A preservação ambiental é considerada viável desde que não comprometa o progresso; como diz explicitamente a faixa: "A ecologia não pode impedir o progresso de nossa cidade".

A manifestação do MOPROK recebeu grande destaque na imprensa. Na ocasião, chegou-se a questionar os números apresentados pelos jornais: de 5000 a 15000 pessoas, exagerado na opinião de muitos que assistiram à passeata. Altamira foi palco ainda de outra manifestação: um ato público contra a barragem, que, no entanto, não mereceu a mesma cobertura da mídia. Realizado num dos bairros mais pobres de Altamira, a Vila Brasília, o ato reuniu 4.000 participantes, tendo sido promovido por organizações do movimento popular da região, como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Altamira, a União dos Estudantes de Altamira e a Comissão Pastoral da Terra.

Se a manifestação da população de Altamira contra a usina teve pouca repercussão na mídia, ainda outro acontecimento importante - a

Comissão Pró-Índio de São Paulo

8

fundação-passou completamente despercebida da Comissão Regional dos Atingidos pelo Complexo Hidrelétrico do Xingu (CRACOHX). A criação desta Comissão foi decidida no 1º Encontro Regional dos Trabalhadores Atingidos pelo Projeto Hidrelétrico do Xingu, realizado nos dias 17 e 18 de fevereiro, em Altamira, o qual contou com a participação de representantes de dezenove entidades paraenses, além da Comissão Regional dos Atingidos por Barragens (CRAB), do Rio Grande do Sul, e da Comissão Pró-Índio de São Paulo. Embora tenha ocorrido na mesma época do Encontro dos Povos Indígenas, esta reunião seguia uma lógica própria, integrando o programa de preparação para o Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos Por Barragens, realizado, em abril de 1990, pelo Departamento Rural da CUT-Nacional e pela CRAB.

A CRACOHX foi criada com o objetivo de atuar localmente, articulando a luta dos atingidos. Tendo à frente o STR de Altamira, a Comissão assume um caráter sindical, congregando ainda o STR de Medicilândia, mas abrindo espaço na sua coordenação também para a Associação dos Moradores do Bairro de Vila Brasília, a Associação dos Trabalhadores Organizados de Vila Vitória e a CPT de Altamira. Hoje, a CRACOHX já tem um ano de existência e, em todo esse período, seus membros trabalharam ativamente, visitando as diversas comunidades da região para discutir a questão. Foram exibidos vídeos, divulgadas cartilhas e organizados debates nos travessões da Transamazônica, nos lotes ribeirinhos da Volta Grande, nos garimpos e nas vilas rurais. A CRACOHX esteve presente também em encontros e assembléias da região para divulgar entre os diversos setores organizados o projeto hidrelétrico e a problemática dos atingidos. O fruto desse trabalho pode ser verificado, por exemplo, no movimento dos trabalhadores da Transamazônica, que inclui na sua pauta de reivindicações o linhão de Tucuruí, exigindo que ele seja destinado à eletrificação rural. Esta reivindicação é uma peça estratégica importante, pois é uma forma de escapar à mencionada chantagem do setor elétrico, e

xigindo que a instalação dessa infra-estrutura deixe de estar condicionada à UHE Cararaó. Esta reivindicação toca ainda numa questão de fundo, pois traz em si um questionamento das prioridades do setor elétrico, norteado para o atendimento dos grandes mercados consumidores em detrimento, por exemplo, da demanda da população rural. Ao que parece, o movimento dos atingidos de Altamira já percebeu que participação democrática é mais do que discutir indenizações ou reassentamentos; é ter voz presente no momento de traçar as prioridades e os programas de longo prazo.

No desenvolvimento de seu trabalho, a CRACOHX tem procurado ainda articular-se com as comunidades indígenas da região, notadamente aquela população que reside na cidade de Altamira. Assim, no IIº Encontro estiveram presentes representantes dos povos Curuaia, Asuriní do Xingu e Arara. Embora significativa, esta participação ainda está longe de refletir uma aliança estruturada entre os índios e não-índios ameaçados pela hidrelétrica. Talvez a principal dificuldade enfrentada pela CRACOHX em sua tentativa de construir essa articulação esteja no fato de os povos indígenas daquela região não se encontrarem estruturados em entidades, nem tampouco manterem qualquer relação com o movimento indígena organizado; há, assim, uma dificuldade em encontrar interlocutores.

Esta realidade dos povos indígenas do Xingu parece, à primeira vista, contraditória à imagem de força e organização transmitida durante o Encontro de fevereiro. Talvez este seja o grande paradoxo do evento: apesar de ele ter alcançado sucesso absoluto na sua proposta de criar um fato político, seu saldo para a organização interna do movimento indígena foi relativamente pequeno.

O encontro foi um evento basicamente para os de fora, isto é, concebido numa estratégia para sensibilizar a opinião pública. Esta concepção estava presente na organização interna da reunião, constituída unicamente de sessões plenárias e discursos públicos, não havendo na pro

gramação oficial espaço para uma reflexão mais aprofundada da questão. De outro lado, a proposta do encontro não contemplava o planejamento de ações futuras, restringindo-se a marcar a rejeição ao projeto. Desta forma, não foi aprovada qualquer proposta para a continuidade da luta.

Assim, se, no mês de fevereiro, os índios tomaram a frente da luta contra as hidrelétricas do Xingu, após a realização do encontro foi a CRACOHX que assumiu esta tarefa. Fica assim para o movimento indígena a questão da continuidade da luta, que terá de ser enfrentada no momento em que a Eletronorte retomar os estudos da UHE Cararaó (atual UHE Belo Monte).

Os Gavião da Montanha e a Hidrelétrica de Tucuruí

O ano de 1989 assistiu não apenas ao protesto ante as obras programadas, mas também à tentativa dos índios para resolver questões pendentes. Assim, no mês de setembro, os Gavião da Montanha retomaram uma antiga luta contra a Eletronorte, ingressando com uma ação na justiça federal, em Belém.

A Comunidade Gavião da Montanha vem enfrentando as pressões da Eletronorte, desde 1975, quando tiveram início os trabalhos de campo para a implantação da UHE Tucuruí. O território desta comunidade localizava-se na margem direita do rio Tocantins e foi ocupado pelas obras da usina. Cerca de 60% a 70% da área foi invadida pela Eletronorte, que construiu no local estradas e torres de transmissão, retirou areia para os trabalhos de construção e provocou ainda a inundação parcial do território.

Embora a área da Montanha tivesse sido legalmente concedido aos Gavião em 1945, através de um decreto estadual, a Eletronorte recusou-

Comissão Pró-Índio de São Paulo

11

-se durante todos estes anos a reconhecer aquele território como área indígena. Neste processo, contou com a ajuda da FUNAI, que promoveu, em 1977, a transferência do grupo para a Reserva Indígena Mãe Maria, habitada por outra comunidade Gavião. Na ocasião, os índios foram indenizados unicamente por suas benfeitorias, desconhecendo a Eletronorte o direito dos Gavião à área que ocupavam.

Apesar da remoção compulsória, parte dos Gavião retornou à área da Montanha na tentativa de reocupá-la e, ao mesmo tempo, forçar a Eletronorte a ressarcir a comunidade pelo uso de suas terras.. No início de janeiro de 1984, após sete anos de negociações, os Gavião conseguem receber da Eletronorte uma indenização de 50 milhões de cruzeiros. Foram, no entanto, obrigados a abandonar definitivamente seu território.

A ação que a comunidade Gavião da Montanha moveu contra a Eletronorte pede a anulação dos atos da empresa, ou seja, a revisão de todo o processo, sob a argumentação de sua ilegalidade. A ação aponta os seguintes atos nulos da Eletronorte.

- . a remoção dos índios foi realizada sem o direito presidencial de intervenção; imprescindível segundo o artigo 20, da Lei ... 6001/73;
- . a aquisição das benfeitorias dos Gavião, em 1977, não transfere o direito de posse dos índios à Eletronorte, como a empresa quis fazer valer;
- . e, finalmente, considera-se nulo também o negócio jurídico realizado entre os índios e a Eletronorte em 1984, quando estes receberam a mencionada indenização de 50 milhões de cruzeiros. Na ocasião, os Gavião foram levados a assinar uma escritura pública de cessão e transferência de direitos, um procedimento totalmente irregular, uma vez que a Constituição Brasileira estabelece que as terras ocupadas pelos índios são intransferíveis e indisponíveis. De outro lado, a Eletronorte omitiu-se ao cumprir

mento do artigo 20 da Lei 6001/73, que estabelece que, nestes casos, os índios devem ser transferidos para área equivalente à anterior, inclusive quanto às condições ecológicas. Alegando não existir área semelhante na região, a empresa ofereceu a indenização em espécie. Tal afirmação, porém, carecia de verdade, tanto que os Gavião chegaram a apresentar uma proposta neste sentido, indicando a área que poderia ser utilizada para este fim.

A ação propõe, assim, que sejam declarados nulos os atos que visaram transferir a posse dos índios Gavião sobre a terra indígena para a Eletronorte e que a área em questão seja devolvida à comunidade. Caso isto seja impossível - como de fato o é, pois o território encontra-se ocupado pela obra e parcialmente submergido pelas águas do reservatório - propõe-se a aquisição pela Eletronorte de área de igual tamanho e condições ambientais.

A ação deu entrada na Justiça Federal, em 11 de setembro. A Eletronorte já foi citada e, entre março e abril de 1990 deve responder ao juiz. Este processo é extremamente significativo para a luta dos povos indígenas ante os projetos hidrelétricos, não apenas por exigir o reparo de uma injustiça cometida contra os Gavião da Montanha, mas por questionar a política do setor elétrico ante as comunidades atingidas por seus empreendimentos. As concessionárias de energia vêm se tornando especialistas em criar "programas de apoio aos índios", instituindo projetos de educação e saúde como forma de indenizá-los pelos prejuízos advindos da construção das usinas. Como já se observou alhures (Viveiros de Castro & Andrade, 1988), o caráter compensatório de tais programas é bastante questionável, uma vez que institui uma assistência a que os índios teriam direito de qualquer forma, por lei (6). De outro lado, esta política escamoteia o principal prejuízo: a perda do ter-

(6) Tem-se aqui um processo semelhante ao que ocorre com a população de Altamira, cujos direitos à saúde, educação, só passam a valer caso o projeto seja implantado.

ritório, ainda que parcial. A ação dos Gavião, ao exigir indenização em terra, retoma o verdadeiro eixo da questão. A integridade do território é essencial para a vida dos povos indígenas e, assim sendo, as perdas provocadas pelos projetos hidrelétricos atingem de maneira irreparável a sua sobrevivência física, assim como sua autonomia sócio-cultural. O que se vê, no caso da instalação das usinas hidrelétricas, é, mais uma vez, a liberação dos territórios indígenas para o avanço do capital.

Ao retomar sua antiga luta, os Gavião alertam o setor elétrico de que medidas que se proponham verdadeiramente compensatórias implicam restituição dos territórios e não sua transformação em valores monetários ou programas de assistência.

Os Nambiquara enfrentam Hidrelétrica da Iniciativa Privada

O programa de incentivo à participação da iniciativa privada no setor elétrico, desenvolvido pelo governo federal no ano passado, trouxe suas primeiras consequências para os povos indígenas já em 1989. A primeira obra do "Programa de Suprimento de Energia Elétrica a Sistemas Isolados pela Iniciativa Privada" é a hidrelétrica Doze de Outubro, que incidirá sobre o território dos índios Nambiquara, localizado no Estado de Mato Grosso, na divisa com Rondônia.

É a primeira vez que um projeto prevê a construção de uma usina dentro dos limites de um território indígena. Não só o canteiro de obras estará localizado no interior da área, mas também a casa-de-força, o que implicará presença permanente dos operadores da hidrelétrica na reserva. Estão previstos ainda a implantação de estradas de acesso e a inundação de 4,4 ha da área indígena Nambiquara.

Comissão Pró-Índio de São Paulo

14

O empreendimento de responsabilidade do Grupo Gões-Cohabita Construções S/A gerará 12 MW, destinados à cidade de Vilhena, em Rondônia. Os estudos para instalação da usina já tiveram início, e o RIMA da obra encontra-se na Fundação Estadual do Meio Ambiente, em Cuiabá (MT), para apreciação.

Embora ainda em fase de estudos, o empreendimento já começou a gerar os primeiros efeitos perversos para os Nambiquara. A comunidade teve de conviver durante três meses com a presença de 58 técnicos contratados pela Gões-Cohabita. Estes funcionários, devidamente autorizados pela FUNAI, realizaram neste período investigações geológicas e levantamentos hidrológicos. Tais estudos implicaram desmatamento da reserva, abertura de picadas, perfurações no solo e ainda permanência dos técnicos no interior da área, abrigados num acampamento próximo do rio Doze de Outubro.

Esta primeira experiência já serviu para que os índios se colocassem contra a realização da obra. Em 8 de novembro, uma delegação de oito Nambiquara esteve em Brasília para protestar contra o projeto e pedir o apoio do Ministério Público, que, a partir da Nova Constituição, passou a ter entre as suas atribuições a tarefa de defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas (Art. 129 - V).

Externando claramente sua opinião, os Nambiquara, como os Kaiapó, não esperaram pela consulta oficial para manifestar sua oposição ao projeto e saíram em busca de apoio político. Com esta atitude, os Nambiquara trouxeram à tona uma questão importante, que terá ainda de ser regulamentada em lei: a forma e o momento em que as comunidades indígenas deverão ser consultadas.

Segundo o entendimento da FUNAI e do setor elétrico, que vigorou nos encaminhamentos relativos à UHE Doze de Outubro, os índios só deverão ser ouvidos na etapa final dos estudos, após, inclusive, a aprova-

ção do RIMA; ou seja, quando o projeto é praticamente um fato consumado. Ainda segundo esta visão, para a realização dos estudos de viabilidade, basta a autorização da FUNAI, sem necessidade de levar o caso ao Congresso.

Esta visão dos órgãos governamentais procura desconhecer o fato de os estudos já implicarem conseqüências nefastas para as comunidades indígenas, como bem demonstra o caso da UHE Doze de Outubro. De outro lado, tem-se que tais investigações são parte imprescindível do processo de instalação das usinas. Constituem-se na primeira etapa para o aproveitamento dos potenciais energéticos e neste sentido carecem de autorização do Congresso para a sua execução.

Outro ponto importante diz respeito à forma como será realizada a consulta às comunidades indígenas. No caso da UHE Doze de Outubro, a interpretação que parece vigorar é a de que a empresa e a FUNAI deverão recolher a opinião dos índios e transmiti-la ao Congresso. Esta interpretação, no entanto, vai contra o que determina a Constituição, pois, ao estabelecer um intermediário, cria, na verdade, um entrave à livre manifestação da vontade dos índios junto aos congressistas. O que demonstraram os Kaiapô ao convidar deputados federais para o Encontro de Altamira foi o interesse e a capacidade de tratar diretamente com o Congresso.

O parágrafo terceiro do artigo 231 da Constituição Federal, como dissemos, ainda deverá ser regulamentado por lei. O caso da UHE Doze de Outubro vem constituindo-se, porém, no primeiro grande teste à nova Constituição. Até o momento, a interpretação da FUNAI, que se julga competente para autorizar a realização dos estudos, foi a que vigorou. Veremos agora, em 1990, se o movimento indígena conseguirá reverter a situação. Os Nambiquara, ao procurarem o Ministério Público em dezembro, já deram o primeiro passo neste sentido.

* * * * *

Comissão Pró-Índio de São Paulo

16

O que se viu em 1989 foi, portanto, a presença pontual das comunidades indígenas, procurando manifestar sua opinião e intervir nos planos do setor elétrico. A mobilização deu-se ainda na fase dos estudos de viabilidade das obras, demonstrando que os índios não estão dispostos a aceitar planos como fatos consumados. No ano passado também, foi possível aos Gavião contestar antigos "acordos" impostos pela Eletronorte e retomar um caso considerado encerrado pelo setor elétrico.

O quadro apresentado neste artigo evidencia também que a atuação dos índios deu-se em situações de enfrentamento bastante isoladas umas das outras, tendo sido norteadas por projetos específicos. Assim, o desafio que se coloca hoje para as organizações indígenas é a articulação desta luta. Isto implica, sem dúvida, a construção de uma posição do movimento indígena ante a política energética mais ampla, que gera todos estes projetos. Isto significa sair da perspectiva dos casos isolados e pensar nacionalmente a questão. É este passo que os atingidos não-índios procuram dar, em 1989, com a criação da Comissão Nacional Provisória de Trabalhadores Atingidos por Barragens. Cientes dos limites das ações localizadas, os atingidos procuram agora formas de enfrentar a política maior do setor elétrico e exigir sua revisão.